

George Wright

o fugitivo que o FBI descobriu

WARNING—ALTERATION, ADDITION OR MUTILATION OF ENTRIES IS PROHIBITED.
ANY UNOFFICIAL CHANGE WILL RENDER THIS PASSPORT INVALID.

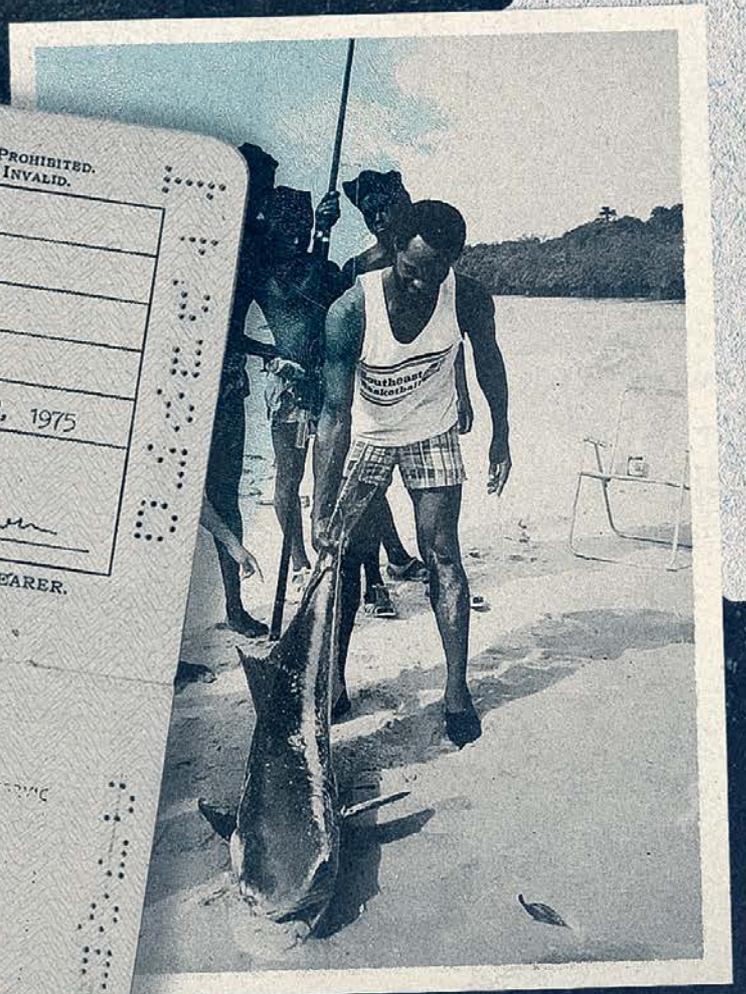
NAME JACK RAGLAND		BIRTHPLACE VIRGINIA, U.S.A.	
BIRTH DATE MARCH 29, 1943		HAIR BLACK	
HEIGHT 6	FEET 0	EYES BROWN	
WIFE X X X		ISSUE DATE MARCH 9, 1970	
MINORS X X X		EXPIRATION DATE MARCH 8, 1975	
SIGNATURE OF BEARER <i>Jack Ragland</i>			

IMPORTANT: THIS PASSPORT IS NOT VALID UNTIL SIGNED BY THE BEARER.



PHOTOGRAPH
DEPARTMENT OF DETROIT

U. S. 080
CLASS TO
JUN 99 1971
ADMITTED UNTIL (CLASS)





ESTREIA A vida de George Wright atravessa vários continentes e algumas das datas mais marcantes do século XX. O homem que fugiu ao FBI durante quatro décadas é a figura central do documentário "Jorge", de que faz parte esta imagem

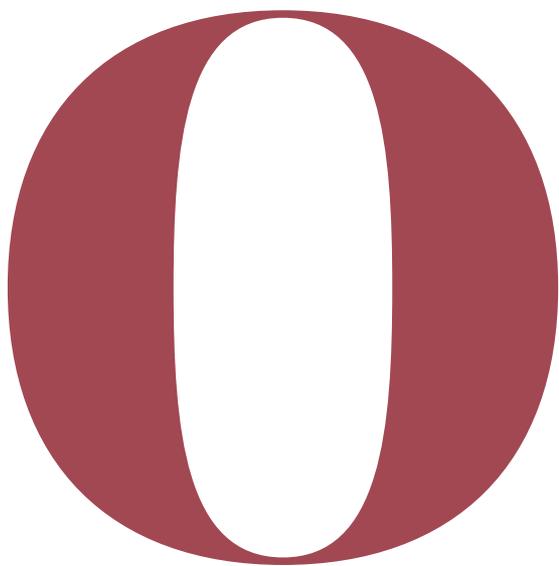
uiu em Sintra

George Wright, um norte-americano procurado por homicídio e pirataria aérea, conseguiu a proeza de escapar ao FBI durante 40 anos, até ser encontrado em Portugal. No dia 19 estreia no Tribeca Film Festival Lisboa e na Opto a série televisiva "Jorge". A autora conta como o que começou por ser uma biografia autorizada acabou num documentário de investigação que atravessou cinco países, dezenas de contactos e uma intensa pesquisa documental



TEXTO
SOFIA PINTO COELHO
JORNALISTA

SIC/BLABLABLEMEDIA



que não falta a George Wright é audácia. Aos 19 anos foi condenado por homicídio, aos 27 fugiu de uma prisão americana e aos 29 desviou um avião, com um milhão de dólares de resgate. Só em 2011, passados 40 anos, depois de ter andado fugido por França, Argélia e Guiné-Bissau, o FBI descobriu que vivia em Portugal. Nesse dia, Wright teve de encarar mulher e filhos e contar-lhes os segredos do seu passado.

Quando a história “rebentou”, em 2011, a imprensa internacional fez fila em Casas Novas, uma minúscula localidade de Sintra onde o fugitivo vivia há 30 anos com a família. Os detalhes eram saborosos. Em 1972, num voo entre Detroit e Miami, Wright vestiu-se de padre e escondeu uma arma dentro de uma Bíblia. Durante três horas negociou duramente a libertação de 86 passageiros. No final exigiu que uma mala, contendo um milhão de dólares, lhe fosse entregue por um agente do FBI em fato de banho, para que não pudesse esconder nenhuma arma. Com a tripulação sequestrada, voou então até Argel. O dinheiro acabou por ser apreendido pelo Governo argelino, mas, a partir daí, George Wright evaporou-se.

Duas semanas depois de ter sido detido, em 2011, George Wright regressou a casa com pulseira eletrónica, onde ficou a aguardar o desenrolar do processo. Da CNN à BBC, do “New York Times” ao “Le Monde”, todos estavam interessados em saber quem seria este homem e como teria conseguido escapar, mas pouco mais conseguiram do que entrevistar os vizinhos. Nessa altura, Wright deu duas entrevistas, em que pouco mais disse do que o óbvio: “Tenho medo de ser extraditado para os EUA” e “o homicídio foi um acidente”.

Os Estados Unidos tinham anunciado que, se fosse preciso, acionariam uma “extraordinary rendition” e viriam buscá-lo: “Metemo-lo num carro e depois num barco, para comparecer perante a Justiça.” Algo semelhante aos voos clandestinos da CIA que transportaram suspeitos de terrorismo. Percebi que Wright evitava andar sozinho na rua e não se atrevia a sair de Portugal. A sua história intrigava-me e, ao longo dos anos, fui insistindo numa entrevista alongada.

EM BUSCA DE GEORGE OU... JORGE

Recuemos até Halifax, Virgínia, terra de plantações de tabaco, com um histórico de longa segregação

racial. Foi aí que, em 1943, George Wright nasceu. Sabemos que foi criado pela avó, mas ao tentar seguir-lhe a biografia o que se me apresentava eram sobretudo lacunas. Por que razão teria desistido de um curso universitário de educação física para se mudar para um quarto alugado em Nova Jérсия, onde passou a trabalhar num restaurante? Tinha 19 anos quando, juntamente com dois amigos com cadastro, assaltou uma bomba de gasolina, causando a morte do dono. Foi condenado a uma pena de 15 a 30 anos de prisão, mas conseguiu evadir-se ao fim de sete.

A partir de então, George Wright protagonizou uma das mais longas fugas à Justiça de que há memória. Durante 40 anos percorreu três continentes e desde 1972 figura na lista dos “Mais Procurados” do FBI. Quando foi apanhado, os filhos relataram que nada sabiam do seu passado. “Se ele não nos contou, foi para nos proteger”, disse a filha. A mulher frisou que só estava a par do episódio do homicídio e da fuga da cadeia.

Mas um homem aprisionado a um segredo carrega sempre uma solidão interior. George usou, sucessivamente, as falsas identidades Larry Burgess, Larry Darnell, Reverend L. Burgess, Jack Ragland e Jorge Santos ao longo de uma vida inteira de fugitivo, permanentemente a esconder o passado, navegando entre duas dimensões: a pessoa que era na verdade e aquela que mostrava ao mundo. O que restaria dessa pessoa que se alimentou da sombra e da invisibilidade? Na verdade, o que me interessava perceber era de que forma a vida nos molda.

Desde o momento em que o caso se tornou mediático, quem lidava com a imprensa era Manuel Luís Ferreira, o seu advogado. Quando o contactei, pela primeira vez, em 2014, explicou-me que estavam a planear um filme para Hollywood. Seria realizado por Barry Jenkins, que ganhou um Óscar com “Moonlight”, e como protagonista teria o ator Chadwick Boseman. Desde então comecei a tentar que me desse uma entrevista. Manuel Luís Ferreira, o advogado, foi deixando a porta entreaberta.

Só em 2020, quando a Netflix lançou um concurso de guiões em Portugal, George Wright aceitou, finalmente, contar-me a sua história. Quando me reuni, pela primeira vez, com ele, na presença

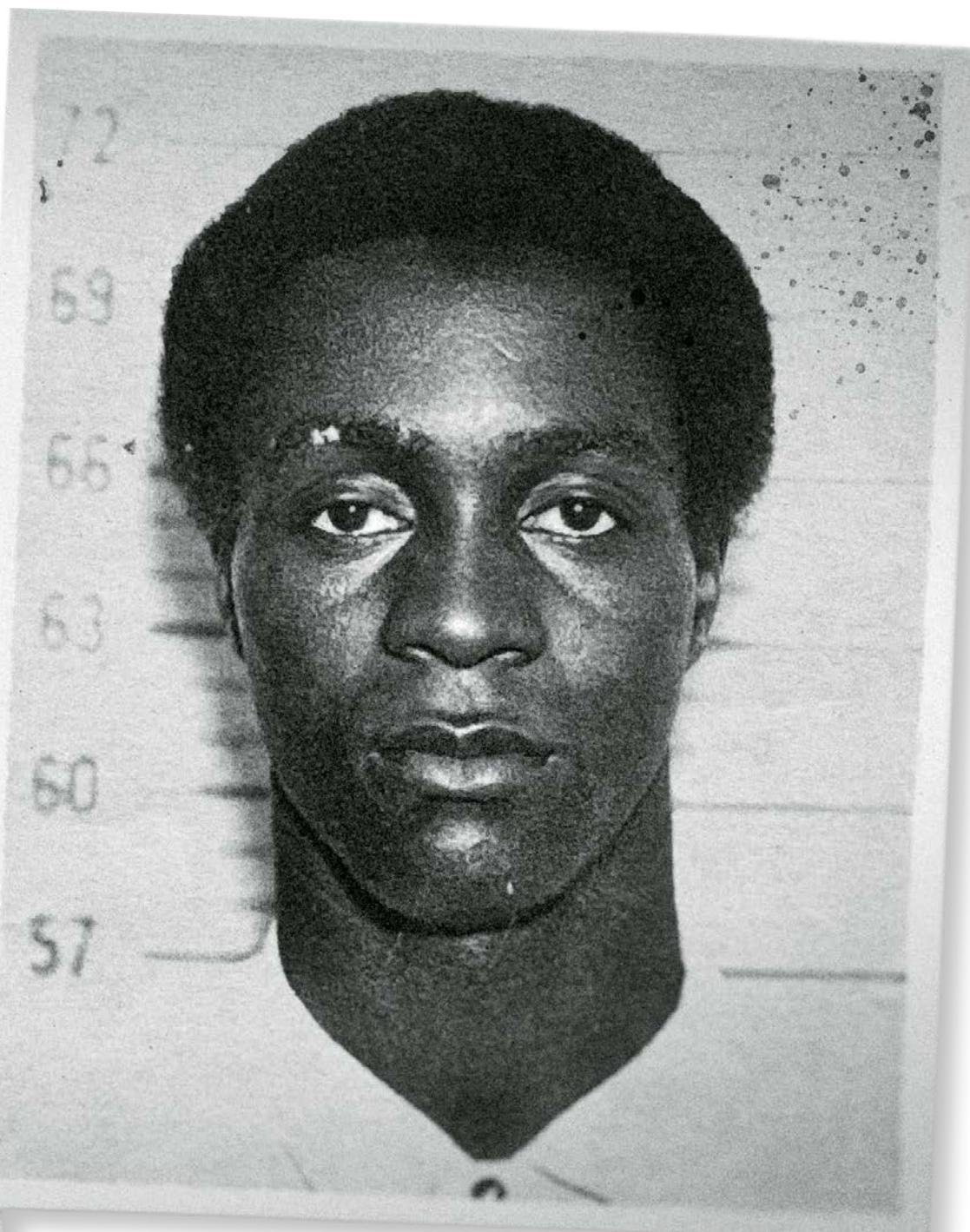


D.R.

da mulher e do advogado, ficou sentado à minha frente, no lado oposto da mesa. Durante os primeiros 15 minutos manteve-se de perfil, imperturbável, praticamente sem me olhar. Tinham-me dito que era desconfiado, um traço natural em alguém que conseguiu esgueirar-se uma vida inteira. Agora pretendia contar uma história sobre a sua redenção. “Porque decidi escolher-me para realizar o documentário da sua vida”, perguntei-lhe, “se qualquer televisão americana estaria certamente interessada?” Respondeu de imediato: “Porque me sinto português, estou grato ao povo português, que me acolheu, e admiro a humanidade do seu sistema judicial.”

Meti mãos à obra para construir uma proposta em tempo recorde. Tinha 30 dias. A minha filha,

Um homem aprisionado a um segredo carrega uma solidão interior. George usou identidades falsas como Larry Burgess, Reverend L. Burgess e Jorge Santos



PROCURADO

George Wright tinha 19 anos em 1963 quando assaltou uma bomba de gasolina, com dois amigos, causando a morte do dono. Foi condenado a uma pena de 15 a 30 anos de prisão, mas conseguiu evadir-se ao fim de sete

Rita, conheceu o casal, envolveu-se no guião, pesquisou arquivos. Durante a sua fuga, George Wright tinha testemunhado alguns dos acontecimentos mais marcantes do século XX ocidental. Pelos nossos olhos passaram imagens da América sulista das décadas de 1940 e 1950, Martin Luther King, Malcolm X e outros heróis da luta pelos direitos dos negros, a força dos Black Panther (Partido dos Panteras Negras), a escalada da pirataria aérea até serem instalados detetores de metais nos aeroportos, a Argélia recém-libertada do poder colonial, a explosão de Paris no pós-Maio de 68, a reconstrução da Guiné-Bissau e, finalmente, a placidez de Sintra.

Naquele verão mobilizei a família inteira. “Imaginemos um barco que sai do porto de uma cidade para dar a volta ao mundo. Pelo caminho vai encontrando obstáculos, tempestades e inundações, e a cada adversidade partes do barco vão ficando danificadas e têm de ser substituídas. Ao fim de algum tempo, todas as partes do barco foram substituídas. Quando completa a viagem e regressa ao porto, será o mesmo barco?”, escreveu o meu filho, Miguel, num dos parágrafos do projeto.

O FUGITIVO E EU

O concurso recebeu 1100 candidaturas. A nossa candidatura ficou em primeiro, na categoria de documentário. E, tal como combinara, dividi o prémio monetário a meias com George Wright.

Relembrando agora os primeiros encontros, percebo que gostei dele. Parecera-me afável, era sedutor e tinha um sorriso luminoso. Mas senti também a opressão de não poder dizer nada que o contrariasse... Nem a ele, nem à mulher, nem ao advogado. Quando isso acontecia, retraíam-se numa atitude de confronto e desconfiança. Em pano de fundo havia sempre a “ameaça” de que tinham outros interessados, fosse um realizador de Hollywood ou a imprensa internacional. Era uma forma de me pôr na ordem. Se eu quisesse estar ali, tinha de medir as palavras. Na SIC, diziam-me: “Aguenta.” Aguentei dois penosos anos.

Nessa altura ainda não tinha lido Ruy Castro, o rei dos biógrafos, que prefere escrever sobre pessoas mortas e nunca, mas nunca, as chamadas biografias autorizadas. “O nome parece inocente, mas a biografia autorizada é uma camisa de forças para o biógrafo. Eis como funciona. Para começar,

as duas partes, o biógrafo e o biografado, devem submeter-se a certas condições regulamentares. Ao ‘autorizar’ a sua biografia, o biografado ou os seus herdeiros comprometem-se a colaborar com o biógrafo, dando-lhe acesso ao máximo de informações, documentos, fotografias e objetos pessoais, além de indicar-lhe os seus amigos e conhecidos a serem entrevistados. Parece formidável — de que mais um biógrafo precisa para trabalhar? Na prática, essa colaboração é o beijo da morte [...]. Terminada a redação da obra, ele é obrigado a submeter o texto ao biografado ou aos advogados dele, para que eles verifiquem possíveis imprecisões ou ‘impropriedades’ cometidas pelo biógrafo. Na verdade, isto é censura com pente fino”, escreveu Ruy Castro em “A Vida por Escrito”, editado em 2013 pela Tinta-da-china.

Hoje vejo que, se não me tivesse libertado do “meu biografado”, seria o que me teria acontecido. Logo no início foi-me dado o tom. Depois de ter escrito “Jorge W.” num *e-mail*, Rosário Valente, a sua mulher, respondeu, autoritária: “O nome do meu marido NÃO é Jorge W., mas sim Jorge Santos. É crucial lembrar-se sempre disso.”

Em Bissau, as autoridades dos EUA conheciam o passado de George. “Vinha às nossas festas”, conta uma antiga funcionária da embaixada

Seguiram-se as indicações dos temas proibidos. Não poderia, por exemplo, mencionar o sogro de George Wright, um general que foi diretor do Colégio Militar. Também não poderia falar dos filhos. Apesar destas limitações, estava apostada em prosseguir. Ele, a mulher e o advogado concordaram com o guião que elaborei e com o qual, juntamente com a produtora Blablaba Media, ganhei um bom financiamento para realizar uma série televisiva.

O programa encaixava-se que nem uma luva na categoria “True Crime”. Mas um crime nunca é um conjunto de factos que terminam em absolvição ou condenação. Antes de julgar alguém, há contextos que é preciso compreender. Além disso, o que seria justo, neste caso, em que o condenado refez a sua vida mas a família da vítima sente que ele não prestou contas? Como articular um sistema penal como o norte-americano, onde os crimes de homicídio não prescrevem, com o de vários países europeus, entre eles Portugal, onde o direito ao esquecimento é um valor a preservar? Que mudança é essa que nos conduz à redenção? Estas eram as linhas que comecei a articular para que o filme pudesse fazer-se.

De imediato percebi que me saberia bem pôr o pé fora do registo jornalístico. No início comecei por pensar que esta seria, assumidamente, a história que ele queria contar, com todas as suas omissões ou incongruências. “Terá memórias imprecisas. Outras certas. Poderá até ser contraditório e contraditado. Mas que importa isso? Ele sabe que a verdade é tão fugidia como a mentira e, em última análise, cada um de nós acredita naquilo que quer acreditar.” Foi isto que acordámos, entre sorrisos e uma garrafa de espumante.

A alegria desvaneceu-se em meia dúzia de meses. Primeiro surgiu a questão do chamado “direito de veto”. Expliquei que o máximo que poderia garantir era que George Wright pudesse visionar o programa previamente e sugerir correções, mas quem teria a última palavra seríamos nós. Depois vieram as exigências sobre honorários. Pretendiam um valor exorbitante. Entre desentendimentos, incongruências e dilações, as “negociações” tornaram-se exasperantes. Entretanto, tínhamos despendido tempo e recursos financeiros que não nos permitiam fazer marcha-atrás. Decidi então avançar, sem ele. Ainda bem.

HISTÓRIA DE UMA CONSTRUÇÃO

Comecei pelos EUA, numa viagem que me levou a várias cidades de Nova Iorque e Nova Jérquia. Em Manhattan, Nova Iorque, a primeira entrevista foi à ativista política Elaine Klein Mokhtefi. Tinha

então 95 anos e apressei-me a marcar o encontro, receando “perdê-la”. Deparei-me com uma mulher tão enérgica e cativante que imediatamente me encantou. Mas era a sua mundividência inigualável que a tornava um ser raro.

Nos anos 1950, enquanto jovem estudante de línguas, foi para Paris, onde se envolveu na luta de libertação argelina. Quando o país se tornou independente, mudou-se para Argel, onde casou e adquiriu o nome Mokhtefi e passou a trabalhar como tradutora e assessora diplomática do novo Governo. O país era uma Meca para exilados e revolucionários políticos oriundos de várias partes do mundo. Che Guevara, Fidel Castro, Amílcar Cabral passaram por lá, tal como Frantz Fanon e Stokely Carmichael, entre outros nomes grandes da luta anticolonialista, com quem Elaine Klein conviveu.

Entre as suas tarefas coube-lhe acolher uma dúzia de militantes do Partido dos Panteras Negras, que, no final dos anos 60, se exilaram em Argel. Tinham-se envolvido em atentados contra a polícia norte-americana, alguns provocando mortes, e eram procurados pela polícia. Para prosseguirem na sua fuga, precisavam de passaportes. Foi Elaine Klein que os ajudou.

Nessa altura, George Wright também se encontrava por lá, sem eira nem beira, depois de o Governo argelino lhe ter retirado o milhão de dólares do sequestro do avião. “Tirámos fotografias a todos e fui até à Alemanha. Tínhamos ligações com os Baader Meinhof, uma das organizações terroristas mais perigosas da Europa, e em 24 horas eles trataram de tudo. O meu contacto era a Ann. Não posso dizer o apelido dela. Não sei se ainda estará viva”, contou-me Elaine. Gostaria de ter ficado a ouvir mais histórias desses tempos em que se viajava de comboio para encontros subversivos, mas tinha ainda muito trabalho para fazer.

Num prédio de um bairro social em Brooklyn subi até ao 8º andar para entrar num apartamento cheio de cartazes e iconografia garrida alusiva ao movimento Black Power, onde fui recebida por Sekou Odinga, aguerrido militante do Partido dos Panteras Negras, que acabou por preso nos EUA durante 25 anos. Seguiu-se Barbara Cox, também ela uma influente ativista, viúva do célebre Donald Cox, conhecido por “Field Marshal”, que em 1970 foi capa da “Newsweek”, envergando um blusão de cabedal negro, a imagem de marca do grupo. George Wright apregoava que fora militante do Partido dos Panteras Negras. Ambos desmentiram que ele tivesse qualquer ligação ao partido.

“Pessoas desesperadas, por vezes, cometem atos desesperados”, ouvi dizer a Susan Tipograph, uma advogada nova-iorquina, conhecida por

defender casos que envolvem pessoas vulneráveis e de quem se gosta à primeira, pela forma entusiasmada com que expõe as suas convicções. Outra perspetiva foi a de Chris Smith, um congressista que, ainda hoje, espuma de indignação por Portugal ter feito tábua rasa do pedido de extradição de George Wright para os Estados Unidos.

Visitámos também Ann Patterson. Tinha 14 anos quando o pai, um veterano II Guerra Mundial, foi assassinado, na gasolinera de que era proprietário, durante o assalto em que George Wright esteve envolvido. Hoje é uma mulher serena que mora numa zona rural de Nova Jérquia, tal como vemos nos filmes: relvado, vedações de madeira e bandeira americana à porta. Vive em paz, mas o sentimento de injustiça continua presente. “Aceitaria receber uma carta, se ele escrevesse a verdade! Mas toda a vida dele foi construída com base em mentiras”, disse. Durante a entrevista tivemos em permanência uma agente do FBI no local. Seria *show off*? Excesso de zelo? Ou, de facto, o caso ainda justifica atenção policial? O FBI recusou dar-nos explicações.

Até chegarmos a Daniel Klotz, inspetor dos serviços prisionais de Nova Jérquia. O processo ficara perdido entre o pó dos arquivos. Foi “descoberto” em 1994 por um agente do FBI que estava a limpar o gabinete. Emitiram uma “Red Notice”, o alerta máxima da Interpol, sem sucesso. Em 2003, Daniel juntou-se à investigação. Vasculhou tudo até chegar à pista decisiva. George Wright e a irmã telefonavam um para o outro nos seus dias de aniversário e, para despistar, usavam um número falso francês. Um dia, sem que ainda hoje se perceba porquê, recorreram ao número fixo de casa dele, em Sintra. Foi um erro fatal.

À medida que avançava na história, ia desfian-do o novelo. George Wright desviou o avião com quatro cúmplices: a namorada, Joyce Tillersen, o casal Jean e Melvin McNair (desertor da guerra do Vietname) e George Brown, com quem fugira da cadeia. Melvin é o único que ainda está vivo. Contou-me que, de Argel, viajaram para Paris, onde foram ajudados pelo Solidarité e pela Cimade, duas organizações de apoio a exilados políticos. “Trabalhámos nas vindimas, em Avignon, e depois em limpezas.” Em 1976, a pedido dos EUA, a polícia francesa conseguiu prendê-los. George Wright foi o único que escapou. “Nessa altura, já se tinha separado de nós”, explica Melvin.

FINALMENTE EM PORTUGAL

É depois disto que George Wright chega a Portugal, onde passaria despercebido entre os milhares de retornados que vieram das antigas colónias



D.R.



DAVID FENTON/GETTY IMAGES



DOMINIQUE BERRETTY/GETTY IMAGES



SIC/BLABLALA MEDIA



SIC

1 George Wright (Jorge Santos) com a mulher, quando se apaixonaram e foram viver para a Guiné-Bissau, nos anos 1980 2 O Partido dos Panteras Negras, que, nos anos 1970, o diretor do FBI J. Edgar Hoover considerava a maior ameaça à segurança interna dos EUA 3 Conferência de imprensa do Partido dos Panteras Negras em Argel (1970); de blusa encarnada está a ativista Elaine Klein Mokhtefi, entrevistada neste documentário 4 George Wright (Jorge Santos) ainda hoje figura num cartaz do FBI como um dos fugitivos mais procurados 5 Em 1972 vestiu-se de padre, escondeu uma pistola dentro de uma Bíblia e desviou um avião, de Miami até Argel, com um milhão de dólares de resgate 6 Em 2011 foi localizado e detido em Portugal; a Justiça portuguesa acabaria por não o extraditar para os EUA

Dois meses após ter sido preso, George Wright pôde respirar de alívio. A Justiça portuguesa recusou a sua extradição para os EUA, invocando, em primeiro lugar, que os crimes tinham prescrito

africanas no pós-25 de Abril. Foi aqui que começou um amor improvável, que dura até hoje. Rosário Valente tinha 23 anos e ele 35 quando se conheceram, em 1977, à porta da discoteca Manhattan, na Parede. Ela era oriunda de uma família católica, da classe média de Oeiras, filha de um general. “O pai dela não gostava, por ele ser preto, mas ela tinha um amor profundo por aquele homem! Via-se nos olhos dela!”, recorda Carolina Morgado, uma amiga do casal. Em 1980 foram ambos para a Guiné-Bissau, onde viveram 13 anos e tiveram dois filhos.

Avancei para Bissau. Mobilizei todos os contactos que possuía, e eram muitos. Antigos cooperantes portugueses traçaram-me o ambiente social e político do país nos anos 80 e, claro, o perfil de George Wright — que todos conheciam bem. Dos sítios onde morou (no prédio da Casa Escada, frente à loja Picoli, ao bairro de Belém) à esplanada do antigo Hotel Central, até aos arquivos do jornal “Nô Pintcha”, vasculhei o que consegui. Num país devastado por vários conflitos, foi preciso resgatar fotografias da época, batendo a dúzias de portas. Também houve frustração, como sucedeu com um espólio de negativos fotográficos, nas mãos de um antigo fotógrafo, que não consegui obter, nem com um *scanner* enviado proposadamente de Portugal.

Quem o teria ajudado a instalar-se na Guiné? “Ele foi com uma recomendação de Portugal. Arranjaram-lhe uma casa e um emprego, mas tudo com muito recato, para não se saber”, desvenda Lucinda Alves, antiga secretária de vários governos guineenses nos anos 80 e amiga do casal. Eu já tinha estado na Guiné a realizar uma reportagem sobre os filhos incógnitos de antigos combatentes da Guerra Colonial. Na altura conversei com alguns conservadores do Registo Civil. Essas portas voltaram a abrir-se. Pude então constatar como se desenrolou a falsificação que permitiu a George Wright obter um novo nome (José Luís Jorge dos Santos), outro local de nascimento (Bissau) e uma filiação falsa (pais guineenses). Através desta “nova” identidade falsa pôde, depois, naturalizar-se português, sem levantar suspeitas.

O mais surpreendente, porém, foi ficar a saber que, em Bissau, as autoridades norte-americanas conheciam o passado criminal de George Wright. Uma antiga funcionária da embaixada norte-americana naquele país foi perentória: “A mulher era tradutora na embaixada e ele entrava e saía à vontade. Vinha inclusivamente às nossas festas. Nós achávamos estranho, mas pensávamos que já tinha prescrito.”

Voei então até Berlim, ao encontro do alemão Hannes Stegemann. Fora largos anos patrão de George Wright numa ONG chamada Iles de Paix, que operava na Guiné. “Ele gostava de contar a sua história abertamente e atribuía-se uma faceta de herói. Mais tarde tornei-me amigo de William Jacobsen e John Blacken, ambos embaixadores dos EUA em Bissau. Estavam a par do caso, mas explicaram que um pedido de extradição estaria destinado ao fracasso, porque, na Guiné, ele era considerado um combatente pela liberdade. Seja como for, não revelaram ao FBI o paradeiro do fugitivo.”

A par e passo ia avançando na investigação. Descobrir intervenientes em factos ocorridos há 40 ou 50 anos, espalhados por cinco países, não é simples, nem rápido. Na equipa de pesquisa e produção tinha Sónia Ricardo à cabeça. O núcleo duro, com Luís Gonçalves e Hugo Neves, iluminou o caminho. Teremos contactado cerca de 100 pessoas, de uma lista de 300 — muitas tinham falecido. Mas encontrar as pessoas certas não significa que aceitem falar.

George Wright deixou boas memórias na Guiné, onde foi professor de basquetebol. Antigos alunos e colegas — Ferrage, Caetano, Túlio, “Lico”, “Bumba” — descrevem-no como simpático, trabalhador, bom amigo. “As pessoas acham que ele formou atletas, mas ele formou homens! Mostrava-nos o caminho!”, contou-me um deles. George Wright não os deixou dar entrevistas. Tal como proibiu os seus amigos mais próximos: um engenheiro norte-americano radicado em Portugal, que o auxiliou financeiramente diversas vezes, um ex-padre italiano e outro norte-americano, antigo músico da Gulbenkian. O mesmo sucedeu com o pastor da sua Igreja Evangélica.

Os cúmplices — Melvin McNair e George Brown — contaram as peripécias, tanto da fuga da cadeia como do desvio do avião, no livro autobiográfico “Nous, Noirs Américains, évadés du guetho” (Éditions Du Seuil) e nos documentários “Melvin and Jean, An American Story”, de Maia Wechsler, e “Nobody Knows My Name”, de James Nicholson. George Wright permanece uma folha em branco. Poderá continuar envolto em mistério, mas há uma coisa que descobrimos: como foi possível ele ter escapado durante 40 anos.

Um elemento fundamental do trabalho foi João Paulo Ventura, coordenador de investigação criminal da Polícia Judiciária, atualmente colocado na representação portuguesa na União Europeia, em Bruxelas. Tudo o que se receia numa entrevista a portugueses com responsabilidades

públicas desvaneceu-se nos primeiros minutos. Firme, franco e articulado, mas, mais do que isso, bom contador de histórias. Conversou com George Wright após a detenção. Ouviu-o com compaixão. “Ele começou a chorar convulsivamente. Senti que foi uma reação de alívio, depois da tortura interior de um segredo e de uma vida constante a olhar por cima do ombro, à espera do dia que foi aquele 26 de setembro de 2011.”

Dois meses após ter sido preso, George Wright pôde respirar de alívio. A Justiça portuguesa recusou a extradição para os EUA, invocando, em primeiro lugar, que os crimes tinham prescrito. Por outro lado, havia razões humanitárias: ele estava inserido em Portugal, com mulher e filhos. Por fim, analisou-se se a nacionalidade guineense, que lhe permitiu depois tornar-se português, não teria sido obtida através de meios fraudulentos. O tribunal admitiu que o processo tinha contornos, no mínimo, “estranhos”, mas preferiu “respeitar a soberania da Guiné-Bissau”. Assim sendo, validando a nacionalidade portuguesa, o tribunal decidiu que não podia extraditar George Wright, uma vez que Portugal não extradita portugueses.

Por fim, Casas Novas. Um beco sem saída, com meia dúzia de casas rurais, onde se destaca a dele, de portadas e janelas pintadas de amarelo vivo. Por ali era o simpático senhor Jorge. Fazia biscates de construção civil (no Facebook usava o nome “Vida com Tinta”), tinha tido uma churrasqueira, fora caseiro numa fundação e um “faz-tudo” na NATO, em Oeiras. Na altura em que foi preso era vendedor de uma marca de cosméticos brasileira.

Fui até lá. O casal tinha-se mudado para uma aldeia no interior do Alentejo. “Por um lado, queriam mais tranquilidade; por outro, sentiam que, aqui, passaram a ser olhados de lado”, contou-me Elsa Santos, atual proprietária da casa. “Não querem que se saiba onde estão.” O seu rosto continua exposto num cartaz como um dos “mais procurados pelo FBI”. Ele tinha razão quando disse que tinha medo. A Justiça norte-americana não o esquece.

Vim a descobri-lo numa aldeia alentejana, onde foi morar com a filha, o genro e dois netos. Todos os dias levanta-se cedo e percorre a pé um ou dois quilómetros até ao centro da localidade para ir ao pão. A seguir ao almoço percorre novamente o caminho para tomar um café, um digestivo e trocar meia dúzia de palavras. Caminha com passo enérgico, uma postura direita, quase altiva. Hoje é octogenário. Um sobrevivente. ●



HUGO DINIS NEVES

1



SIC/BLABLA BLA MEDIA

2



SIC/BLABLA BLA MEDIA

3



HUGO DINIS NEVES

4

1 Na Guiné-Bissau, George Wright falsificou documentos para obter um novo nome (Jorge Santos) e a nacionalidade guineense, o que lhe permitiu, depois, adquirir a nacionalidade portuguesa, sem levantar suspeitas
2 e 3 Um inspetor dos serviços prisionais de Nova Jérсия guarda numa caixa as pistas que lhe permitiram descobrir o paradeiro de George Wright ao fim de 40 anos em fuga
4 Esta investigação, que percorreu cinco países em três continentes, ouviu dezenas de testemunhos e pesquisou uma panóplia de arquivos históricos